

LEGISLAÇÃO

DECRETO Nº 36.268 - DE 1º DE OUTUBRO DE 1954*

Dispõe sobre os Cursos Pedagógicos de Ensino Industrial e o seu funcionamento.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o art. 87, inciso I, da Constituição federal, e tendo em vista o disposto no § 2º do art. 10 do dec.-lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942, com a redação que lhe deu o dec.-lei nº 8.680, de 17 de janeiro de 1946 decreta:

Art. 1º Os Cursos Pedagógicos do Ensino Industrial, destinados à formação do pessoal docente de Cultura Técnica e administrativo, peculiar a êsse ramo de ensino, compreendem duas modalidades:

- a) Curso de Didática do Ensino Industrial;
- b) Curso de Administração do Ensino Industrial.

Art. 2º Para admissão aos Cursos Pedagógicos, os candidatas deverão satisfazer as seguintes exigências:

I - Para o Curso de Didática do Ensino Industrial

- a) ter concluído um dos seguintes cursos: engenharia, química industrial, técnico ou mestria;
- b) ter trabalhado na indústria durante três anos no mínimo;
- c) ser aprovado em exames vestibulares.

II - Para o Curso de Administração do Ensino Industrial:

- a) ter concluído um dos seguintes cursos: engenharia, química industrial, técnico ou mestria;

b) ter trabalhado na indústria, durante um ano pelo menos;

c) ser aprovado em exames vestibulares.

Art. 3º Os exames vestibulares para admissão nos Cursos Pedagógicos constarão de provas escritas de português, matemática, desenho e tecnologia e de entrevista profissional.

Art. 4º O Curso de Didática do Ensino Industrial será ministrado em quatro termos, distribuídos por dois períodos semestrais, de acordo com o seguinte plano:

I – 1º semestre – 2º termo:

a) Princípios de Psicologia Educacional;

b) Orientação Educacional e Profissional nas escolas industriais e técnicas do Brasil;

c) História da Educação. História do Ensino no Brasil;

d) Análise do Ofício.

II – 1º semestre – 2º termo:

a) Prevenção de Acidentes no Trabalho Industrial;

b) O Rodízio Vocacional e a Orientação no encaminhamento dos alunos para os cursos;

c) História, objetivos e organização do Ensino Industrial;

d) Métodos no Ensino Industrial.

III – 2º semestre – 3º termo:

a) Elaboração de Material Didático;

b) A Integração Psicológica nos currículos de ensino industrial e Avaliação no Aproveitamento na oficina;

c) Desenvolvimento da Indústria no Brasil e no mundo;

d) Organização e Direção de Oficinas.

IV – 2º semestre – 4º termo: - Prática de Ensino.

Art. 5º O Curso de Administração do Ensino Industrial será ministrado em quatro termos, assim distribuídos em dois períodos semestrais;

I – 1º semestre – 1º termo:

a) Princípios de Psicologia Educacional;

b) Princípios de Orientação Educacional e Profissional - Função do diretor na Orientação;

c) Princípios de Administração Escolar;

d) História, objetivos e organização do Ensino Industrial.

II – 1º semestre – 2º termo:

a) Rodízio Vocacional e a Orientação no encaminhamento dos alunos para os cursos;

b) Informação Ocupacional e Encaminhamento à colocação;

c) Princípios de Administração Escolar (II).

III – 2º semestre – 3º termo:

a) Planejamento, organização e conservação de oficinas e mais instalações;

- b) Desenvolvimento da Indústria no Brasil e no mundo;**
- c) Avaliação da eficiência dos professores e do material didático;**
- d) Avaliação do rendimento escolar;**

IV – 2º semestre – 4º termo:

- a) Métodos de pesquisa das necessidades de mão de obra, como base para organização de cursos;**
- b) Processos de Supervisão do Ensino Industrial;**
- c) Formação e Aperfeiçoamento profissional de adultos.**

Art. 6º Ao aluno que concluir o Curso de Didática do Ensino Industrial conferir-se-á o diploma de Licenciado correspondente à técnica ou ramificação pedagógica estudada; e ao que concluir o Curso de Administração, o diploma de Técnico em Administração do Ensino Industrial.

Art. 7º Funcionário, igualmente, Cursos Avulsos de Didática do Ensino Industrial para candidatos que não tenham concluído um dos cursos prévios exigidos pelo art. 2º.

Art. 8º Para ingresso nos Cursos Avulsos de Didática do Ensino Industrial os candidatos deverão satisfazer as seguintes exigências:

- a) ter trabalhado na indústria durante três anos no mínimo;**
- b) ser aprovado no exame de seleção que fôr estabelecido;**

Finalpag. 507

- c) ter preparo equivalente no primeiro ciclo de qualquer ramo de ensino de 2º grau.**

Art. 9º O exame de seleção para candidatos aos Cursos Avulsos de Didática do Ensino Industrial compreenderá:

- a) Provas escritas de português, matemática, em nível de curso industrial básica;
- b) provas objetivas para avaliação de experiência e de conhecimentos em tecnologia, leitura e desenho e outras matérias correlatas ao ofício escolhido pelo candidato;
- c) prova prática de ofício para verificação da técnica empregada na execução do trabalho dado;
- d) entrevista profissional.

Art. 10. Os Cursos Avulsos de Didática do Ensino Industrial compreenderão, além das disciplinas de cultura pedagógica, referidas no artigo 4º, as seguintes disciplinas de cultura técnica e geral:

1. Português.
2. Matemática.
3. Desenho Técnico.
4. Tecnologia.

Art. 11. Ao aluno aprovada nos exames finais dos Cursos Avulsos de Didática do Ensino Industrial será conferido certificado de habilitação.

Parág. único. Os exames finais a que se refere êste artigo serão válidos como prova de suficiência para efeito de registro de professor de ofícios, na Diretoria do Ensino Industrial do Ministério da Educação e Cultura, enquanto não houver suficiente número de licenciados.

Art. 12. Serão instituídos cursos de aperfeiçoamento para professores já em exercício.

Art. 13. A aprovação nos diferentes cursos previstos neste decreto valerá como título nos concursos para preenchimento dos cargos de docência de Cultura Técnica do Ensino Industrial e assegurará preferência para aproveitamento nas escolas federais, equiparadas e reconhecidas.

Art. 14. Os cursos de que trata o presente, decreto poderão ser ministrados, em caráter experimental, a partir do corrente ano, pela Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial (CBAI), tendo em vista o que faculta o acordo aprovado pelo dec. legislativo nº 1, de 2 de fevereiro de 1951, e reger-se-ão, no que concerne ao ano escolar, condições de matrícula e regime escolar, pelo disposto na legislação vigente do Ensino Industrial.

Art. 15. O ministro da Educação e Cultura, por meio de instruções, regulará a execução do presente decreto.

Art. 16. fuste decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 1º de outubro de 1954; 133º da Independência e 66º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO

Cândido Mota Filho

Notas:

* Publicado no "Diário Oficial" de 4-10-1954.

*

LEI Nº 2.308 - DE 31 DE AGÔSTO DE 1954*

Institui o Fundo Federal de Eletrificação, cria o impôsto único sôbre energia elétrica, altera a legislação do impôsto de consumo, e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º É instituído o Fundo Federal de Eletrificação, destinado a prover e financiar instalações de produção, transmissão e distribuição de energia elétrica, assim como o desenvolvimento da indústria de material elétrico.

Art. 2º O Fundo Federal de Eletrificação será constituído:

- a) da parcela pertencente à União do impôsto único sôbre energia elétrica;
- b) de 2/10 da importância do produto da arrecadação da taxa de que trata o art. 1º da lei nº 156, de 27 de novembro de 1947, que é elevada para 10%, mantidas as isenções do art. 30 da mencionada lei nº 156, em tôdas as suas alíneas, e do art. 11 da lei nº 1.807, de 7 de janeiro de 1953;
- c) de dotações consignadas no orçamento geral da União;
- d) de rendimentos de depósitos e de aplicações do próprio Fundo.

Art. 3º A energia elétrica entregue ao consumo é sujeita ao imposto único, cobrado pela União sob a forma de impôsto de consumo, pago por quem a utilizar.

Parág. único. O imposto único de que trata esta lei não isenta nem aos deus contribuintes, nem às entidades produtoras, transmissoras, comerciantes e distribuidoras de energia elétrica, do pagamento dos impostos de renda e do solo, incidentes e processados nos têrmos das leis e regulamentos específicos, ficando, porém, mantidas, em sua plenitude, as isenções de impôstos outorgadas pela legislação em vigor às referidas entidades.

Art. 4º O impôsto único de que trata o artigo 3º desta lei será arrecadado sob as seguintes bases:

I - Cr\$ 0,20 por kwh de luz;

II - 0,10 por kwh de força;

III - 5% sobre o preço de consumo **a forfait**.

§ 1º Se, no cômputo do custo da produção anual, a energia elétrica consumida por qualquer indústria, exclusive o impôsto, participar, necessariamente, com mais de 5% e menos de 10%, a impôsto será devido à razão de 50% da taxa prevista neste artigo, reduzindo-se a 30%, quando a participação for de 10 a 15% e a 10% quando a participação for igual ou superior a 15%.

§ 2º A União restituirá às emprêsas beneficiadas pelas disposições do parágrafo anterior as importâncias porventura recebidas indevidamente no ano anterior.

§ 3º O impôsto único será arrecadado na conta que as emprêsas ou entidades são obrigadas a expedir e será recolhido à repartição arrecadadora local ou à Delegacia Fiscal a que estiverem jurisdicionadas, dentro nos 20 primeiros dias do mês subseqüente ou da expedição da conta, mediante guia em três vias.

§ 4º Nos livros fiscais próprios; serão escriturados por partida que abranjam período não superior a 30 dias - pelas emprêsas ou entidades fornecedoras de energia elétrica - o número de quilowatts-hora (kwh) consumidos (luz e força), as importâncias das contas expedidas mensalmente (consumo por kwh e **a forfait**), o total do impôsto devido e outros elementos necessários ao efetivo contrôle do tributo.

§ 5º Estão isentos do pagamento do impôsto:

a) a parte consumida nas oficinas e outros serviços pertinentes à produção, transmissão e distribuição de eletricidade das emprêsas geradoras e distribuidoras de energia elétrica;

b) o fornecimento de energia feito pelas emprêsas geradoras aos distribuidores;

c) as entidades a que se refere o art. 30, inciso V, letra **b**, da Constituição federal;

d) a energia consumida na operação de ferrovias eletrificadas e outros meios de transporte baseados na tração elétrica;

Finalpag. 508

e) o fornecimento de energia feito a oficinas e serviços da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

f) as contas de consumo mensal equivalente ao valor até 20 quilowatt-hora (kwb), quer o fornecimento seja feito sob a forma medida, quer **a forfait**;

g) a energia elétrica produzida para consumo próprio.

§ 6º Incorrem nas multas de:

a) importância igual ao imposto não recolhido, não inferior a Cr\$ 10.000,00, os que falsamente se atribuírem os benefícios da alínea **g** do § 5º deste artigo;

b) importância igual ao imposto não recolhido, não inferior a Cr\$ 1.000,00, os que infringirem o disposto no § 3º deste artigo, ou se atribuírem falsamente o benefício do § 1º, também deste artigo;

c) Cr\$ 1.000.00 a Cr\$ 10.000.00, os que infringirem o disposto no § 4º deste artigo.

Art. 5º Do total da arrecadação do imposto único, 40% pertencerão à União, 60% aos Estados, Distrito Federal e Municípios, para serem aplicados na produção, transmissão e distribuição de energia elétrica.

Parág. único. A parcela do imposto, único pertencente aos Estados, Distrito Federal e Municípios será rateada entre êles, tendo em vista o seguinte critério de proporcionalidade: produção de 1%, superfície 4%, consumo 45%, e população 50%.

Art. 6º... (Vetado)...

Art. 7º A União consignará no seu orçamento geral durante 10 exercícios financeiros consecutivos, a partir do próximo, a dotação global anual de equivalência nunca inferior a 4% da arrecadação do impôsto de consumo na exercício anterior, para o Fundo Federal de Eletrificação.

Art. 8º O produto do impôsto único sôbre energia elétrica será escriturado, como depósito, pelas estações arrecadadoras e, deduzidos 0,5% correspondente às despesas de arrecadação e fiscalização, será depositado pelo Tesouro Nacional, mensalmente, em conta especial, no Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico para ser aplicado na forma em que a lei especial determinar.

§ 1º O Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico entregará, em parcelas trimestrais, aos Estados e ao Distrito Federal as cotas que lhes couberem, na forma da distribuição prevista no art. 5º desta lei.

§ 2º Até que sobre o assunto disponha lei especial, os Estados e Municípios poderão empregar as cotas a que se refere o parágrafo anterior, no estudo, planejamento e execução das instalações de produção, transmissão e distribuição de energia elétrica.

§ 3º Ao Município devidamente suprido de energia elétrica, situado em zona não abrangida por planos estaduais, é facultado inverter a sua cota, em Municípios vizinhos e no mesmo Estado, na compra de ações de concessionários de serviços dessa natureza.

Art. 9º A fiscalização das fontes tributárias constituidoras do Fundo Federal de Eletrificação, o processo para apuração de contravenções ou para o uso de consultas, assim como a competência para o julgamento das questões fiscais suscitadas pela aplicação desta lei, são os mesmos prescritos no dec. nº 26.149, de 5 de janeiro de 1949, alterado pela lei nº 1.748, de 28 de novembro de 1952.

Art. 10. O Poder Executivo expedirá dentro em 30 dias o regulamento para execução do controle da arrecadação e do recolhimento do imposto único a que se refere o art. 4º e seus §§ 1º, 2º, 3º, e 4º desta lei.

Art. 11. Ficam revogadas a expressão "e energia elétrica", constante da alínea **b** do parágrafo único do art. 1º e, também, do art. 3º, **in fine**, da lei nº 1.272-A, de 12 de dezembro de 1960, e demais disposições em contrário.

Art. 12. O impôsto único criado pela presente lei não suspende a vigência de outros tributos, cobrados pelos Estados e Municípios, com aplicação específica a planos ou empreendimentos de eletrificação, desde que não incidam sobre a produção, transmissão, distribuição ou consumo de eletricidade.

Art. 13. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 31 de agosto de 1954; 133º da Independência e 66º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO

Eugênio Gadin.

Apolônio Sales.

Notas:

* Publicada no "Diário Oficial" de 4-9-1954.

*

LEI Nº 2.313 - DE 3 DE SETEMBRO DE 1954*

Dispõe sobre os prazos dos contratos de depósito regular e voluntário de bens de qualquer espécie, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 4º, da Constituição federal, a seguinte lei:

Art. 1º Os contratos de depósito regular e voluntário de bens de qualquer espécie extinguem-se no prazo de 25 anos, podendo, entretanto, ser renovados por expressa aquiescência das partes.

§ 1º Extintos êsses contratos, pelo decurso do prazo, os bens depositados serão recolhidos ao Tesouro Nacional e, ai, devidamente relacionados, em nome dum seus proprietários, permanecerão, se não forem êstes reclamados no prazo de cinco anos, findo o qual se incorporarão ao patrimônio nacional.

§ 2º Por ocasião dêsse recolhimento ao Tesouro Nacional, os depositários dêle darão conhecimento aos interessados por meio de publicidade no "Diário Oficial", e na imprensa local, onde houver, pelo menos três vêzes.

Art. 2º Os créditos resultantes de contratos de qualquer natureza, que se encontrarem em poder de estabelecimentos bancários, comerciais e industriais e nas Caixas Econômicas, e não forem reclamados ou movimentadas as respectivas contas pelos credores por mais de 25 anos, serão recolhidos, observado o disposto no § 2º do art. 1º, ao Tesouro Nacional e aí escriturados em conta especial, sem juros, à disposição dos seus proprietários ou de seus sucessores, durante cinco anos, em cuja têrmo se transferirão ao patrimônio nacional.

§ 1º Excetuum-se do disposto neste artigo os depósitos populares feitos nos estabelecimentos mencionados, que são imprescritíveis, e os casos para os quais a lei determine prazo de prescrição menor de 25 anos.

§ 2º Valerá como reclamação dos créditos e movimentação das contas a apresentação ou remessa, aos ditos estabelecimentos, da caderneta para contagem e lançamentos de juros, ou de qualquer documento pelo qual os credores acusem ciência dos seus saldos ou queiram dêles conhecer, ressalvado também os meios idôneos admitidos em lei.

§ 3º Suspendem-se os prazos acima estipulados em tempo de guerra, peio tempo que esta durar, em favor dos credores, a serviço das forças armadas dentro ou fora do país.

Finalpag. 509

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 3 de setembro de 1954. - *Alexandre Marcondes Filho*, vice-presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.

Notas:

* Publicada no "Diário Oficial" de 13-9-1954.

*

LEI Nº 2.323 - DE 20 DE SETEMBRO DE 1954*

Prorroga a vigência da lei nº 419, de 3 de outubro de 1948.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica prorrogada sem solução de continuidade, pelo prazo de cinco anos, a vigência da lei nº 419, de 3 de outubro de 1948, que isenta de toda a tributação os animais importados para reprodução e melhoria da pecuária nacional, adquiridos em país estrangeiro, por compra direta do criador brasileiro, ou que se consigne às nossas exposições-feiras.

Art. 2º Ficam excluídas da isenção a que se refere esta lei as taxas de previdência social.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de setembro de 1954; 133º da Independência e 66º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO

Otávio Gouveia de Bulhões.

Notas:

* Publicada no "Diário Oficial" de 22-9-1954.

*

DECRETO Nº 36.224 - DE 24 DE SETEMBRO DE 1954*

Dispõe sobre a aplicação do salário mínimo aos casos que especifica.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, inciso I, da Constituição, decreta:

Art. 1º Ao pessoal de obras, sou servidores pagos à conta da verba 3 - Serviços e Encargos - e aos empregados das empresas ferroviárias e demais empanas incorporadas ao Patrimônio Nacional, não sujeitos à legislação do funcionário ou do extranumerário, aplica-se o dec. nº 35.450, em 1º de maio de 1954, que estabeleceu os novos salários mínimos.

Art. 2º Na aplicação do disposto no art. 1º dêste decreto será levado em consideração o abono de emergência, de que trata a lei nº 1.765, de 18 de setembro de 1952.

Art. 3º Êste decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 24 de setembro de 1954; 133º da Independência e 66º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO

Napoleão de Alencastro Guimarães

Otávio Bulhões.

Lucas Lopes.

Notas:

* Publicado no "Diário Oficial" de 24-9-1954.

Leis e decretos federais publicados no "Diário Oficial durante os meses de setembro e outubro de 1954

Lei nº 2.302 - de 28 de agosto de 1954 - Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00, para atender às despesas com a realização do II Congresso Interamericano de Reumatologia ("D. Oficial" de 1-9-954).

Lei nº 2.304 - de 30 de agosto de 1954 - Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 52.707,50, para regularizar o pagamento de gratificação a servidores do Departamento de Administração do mesmo Ministério ("D. Oficial" de 2-9-954).

Lei nº 2.305 - de 30 de agosto de 1954 - Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 1.730.000,00, para atender aos compromissos resultantes de contrato firmado entre a Inspetoria Salesiana de Santo Afonso e as Missões Salesianas do Rio Negra ("D. Oficial" de 2-9-954).

Lei nº 2.306 - de 30 de agosto de 1954 - Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 70.892,00, para pagamento de indenização devida aos proprietários da Fazenda

Retiro, situada no 5º distrito do município de Vassouras, no Estado do Rio de Janeiro ("D. Oficial" de 2-9-954),

Lei nº 2.307 - de 30 de agosto de 1954 - Estende aos Territórios Federais do Acre, Amapá e Rio Branco dispositivos da lei nº 1.455-A, de 11 de outubro de 1951, que dispõe sobre alienação de imóveis ("D. Oficial" de 3-9-954).

Lei nº 2.308 - de 31 de agosto de 1954 - Institui o Fundo Federal de Eletrificação, cria o imposto único sobre energia elétrica, altera a legislação do imposto de consumo, e dá outras providências ("D. Oficial" de 4-9-954).

Lei nº 2.309 - de 2 de setembro de 1954 - Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 202.285,80, para pagamento de gratificações pela distribuição do carvão nacional ("D. Oficial" de 6-9-954).

Lei nº 2.310 - de 3 de setembro de 1954 - Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 104.172,30, para pagamento de indenização devida a Zaki Shirato & Companhia e Merhy & Jacomel ("D. Oficial" de 9-9-954).

Lei nº 2.311 - de 3 de setembro de 1954 - Cria a cadeira de "Etnografia Brasileira e Língua Tupi" ("D. Oficial" de 9-9-954).

Lei nº 2.312 - de 3 de setembro de 1954 - Normas gerais sobre defesa e proteção da saúde ("D. Oficial" de 9-9-954).

Lei nº 2.315 - de 3 de setembro de 1954 - Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, e crédito especial de Cr\$ 500.000,00, para auxiliar a realização do II Congresso Nacional do Algodão ("D. Oficial" de 9-9-954).

Lei nº 2.314 - de 3 de setembro de 1954 - Fixa a contribuição para o Montepio Militar e altera tabela de meio soldo dos oficiais das Forças Armadas ("D. Oficial" de 10-9-954).

Lei nº 2.316 - de 3 de setembro de 1954 - Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 25.000.000,00, para pagamento, no corrente exercício, de subvenções e estabelecimentos de ensino superior do país, na conformidade das leis ns. 2.106, de 23 de novembro de 1953, 2.152, 2.153 e 2.154, de 30 de dezembro de 1953 ("D. Oficial" de 10-9-954).

Finalpag. 510

Lei nº 2.317 - de 8 de setembro de 1954 - Dá o nome de Presidente Epitácio Pessoa à Rodovia Transnordestina (BR-13) ("D. Oficial" de 10-9-954).

Lei nº 2.318 - de 8 de setembro de 1954 - Dispõe sobre os prazos dos contratos de depósito regular e voluntário de bens de qualquer espécie, e dá outras providências ("D. Oficial" de 13-9-954).

Lei nº 2.321 - de 11 de setembro de 1954 - Dispõe sobre financiamento e operações imobiliárias entre o Clube da Aeronáutica e seus associados, para aquisição de casa própria ("D. Oficial" de 14-9-964).

Lei nº 2.318 - de 10 de setembro de 1954 - Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 688.000,00, para pagamento da parte restante da despesa realizada pelo Departamento dos Correios e Telégrafos com a aquisição de uma central telefônica automática ("D. Oficial" de 15-9-954).

Lei nº 2.319 - de 10 de setembro de 1954 - Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 2.885.000,00, para aquisição de terrenos necessários à construção dos prédios destinados de Delegacias Fiscais nos Estados do Amazonas e de Minas Gerais ("D. Oficial" de 15-9-954).

Lei nº 2.320 - de 10 de setembro de 1954 - Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 350.000,00, para atender às despesas do Departamento Federal de Segurança Pública com o transporte de presos e de estrangeiros expulsos do território nacional ("D. Oficial" de 15-9-954).

Lei nº 2.322 - de 20 de setembro de 1954 - Concede isenção de direitos de importação, impostos de consumo e taxas aduaneiras para uma imagem destinada à Igreja de Nossa Senhora da Ajuda do Petrópolis ("D. Oficial", de 22-9-954.).

Lei nº 2.323 - de 20 de setembro de 1954 - Prorroga a vigência da lei nº 419, de 3 de outubro de 1948 ("D. Oficial" de 22-9-954).

Lei nº 2.324 - de 20 de setembro de 1954 - Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 101.413,40, para regularização das despesas no exercício de 1952, à conta da verba 3, consignação IX, subconsignação 76, do Anexo nº 31, do Orçamento Geral da União ("D. Oficial" de 22-9-954).

Lei nº 2.325 - de 20 de setembro de 1954 - Extingue a Comissão Executiva Têxtil, e dá outras providências ("D. Oficial" de 22-9-954).

Lei nº 2.326 - do 20 de setembro de 1954 - Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial até a importância de Cr\$ 150.000.000,00. para pagamento de pensões aos veteranos, às viúvas e aos herdeiros dos ex-combatentes da campanha do Uruguai e da guerra do Paraguai ("D. Oficial" de 22-9-954).

Decreto nº 36.108 - de 23 de agosto de 1954 - Dispõe sobre a Tabela Única de Extranumerários-Mensalistas do Ministério da Fazenda ("D. Oficial" de 1-9-954).

Decreto nº 35.870 - de 21 de julho de 1954 - Concede a Guimarães Minerais Preciosos Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração ("D. Oficial" de 1-9-954).

Decreto nº 35.927 - de 29 de julho de 1954 - Aprova alteração introduzida nos Estatutos da Companhia de Seguros "Sagres" ("D. Oficial" de 1-9-954).

Decreto nº 35.345 - de 8 de abril de 1954 - Concede autorização para a constituição da Cooperativa de Crédito Piratininga, com sede na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo ("D. Oficial" de 3-9-954).

Decreto nº 36.027 - de 12 de agosto de 1954 - Aprova alterações introduzidas nos Estatutos de "A Marítima" - Companhia do Seguros Gerais ("D. Oficial" de 3-9-954).

Decreto nº 30.132 - de 3 de setembro de 1954 - Revoga o dec. nº 35.448, de 1º de maio de 1954 ("D. Oficial" de 3-9-954).

Decreto nº 35.945 - de 29 de julho de 1954 - Autoriza estrangeiro a adquirir o domínio útil dos terrenos acrescidos de marinha, que menciona, situados no Distrito Federal ("D. Oficial" de 6-9-954).

Decreto nº 38.013 - de 11 de agosto de 1954 - Outorga concessão à Empresa de Transportes Aerovias Brasil S. A. para instalar um transmissor modelo ABSA-9 com 1,2 kw de potência ("D. Oficial" de 6-9-954).

Decreto nº 36.020 - de 11 de agosto de 1954 - Outorga concessão à Real S. A. Transportes Aéreos para instalar uma estação de radiofarol na cidade de Campo Mourão, Estado do Paraná ("D. Oficial" de 6-9-954).

Decreto nº 36.028 - de 12 de agosto de 1954 - Outorga concessão à Real S. A. Transportes Aéreos para instalar mais um transmissor com a potência de 0,8 kw ("D. Oficial" de 6-9-964).

Decreto nº 36.091 - de 19 de agosto de 1954 - Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da "Columbia" Companhia Nacional de Seguros de Vida e Ramos Elementares ("D. Oficial" de 6-9-954).

Decreto nº 36.116 - de 2 de setembro de 1954 - Autoriza o cidadão brasileiro Altamir Junqueira Ferreira a pesquisar minério de manganês e associados no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais ("D. Oficial" de 6-9-964).

Decreto nº 36.117 - de 2 de setembro de 1954 - Autoriza a S. A. de Cimento, Mineração e Cabotagem "Cimimar", a lavar talco, calcário, dolomita e

associados no município de Itararé, Estado de São Paulo ("D. Oficial" de 6-9-954).

Decreto nº 36.118 - de 2 de setembro de 1954 - Autoriza a Empresa de Mineração Esperança Ltda. a lavrar minério de ferro no município de Jeceaba, Estado de Minas Gerais ("D. Oficial" de 6-9-954).

Decreto nº 36.119 - de 2 de setembro de 1954 - Autoriza a Companhia de Mineração do Nordeste S. A. a pesquisar cassiterita e associados no município de Picuí, Estado da Paraíba ("D. Oficial" de 6-9-954).

Decreto nº 36.120 - de 2 de setembro de 1954 - Autoriza o cidadão brasileiro Henry Saxon Fellows a lavrar calcário no município de Cordeiro, Estado do Rio de Janeiro ("D. Oficial" de 6-9-954).

Decreto nº 36.121 - de 2 de setembro de 1954 - Autoriza o cidadão brasileiro Idalino Fretta a lavrar caulim no município de Urussanga, Estado de Santa Catarina ("D. Oficial" de 6-9-954).

Decreto nº 36.122 - de 2 de setembro de 1954 - Autoriza o cidadão brasileiro Alci Válder Maciel Barreto a pesquisar diamantes e associados na município de Baliza, Estado de Goiás ("D. Oficial" de 6-9-954).

Decreto nº 36.123 - de 2 de setembro de 1954 - Autoriza o cidadão brasileiro Santos Fernandes de Sá a pesquisar mica e associados no município de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais ("D. Oficial" de 6-9-954).

Decreto nº 36.124 - de 2 de setembro de 1954 - Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Rodrigues de Almeida a pesquisar calcário e associados no município de Itapeva, Estado de São Paulo ("D. Oficial" de 6-9-954).

Decreto nº 36.125 - de 2 de setembro de 1954 - Autoriza o cidadão brasileiro João José da Silva a pesquisar vermiculina no município de Ubá, Estado de Minas Gerais ("D. Oficial" de 6-9-954).

Decreto nº 36.128 - de 2 de setembro de 1954 - Renova o dec. nº 30.871, de 15 de maio de 1952 ("D. Oficial" de 6-9-954).

Finalpag. 511

Decreto nº 36.115 - de 1 de setembro de 1954 - Dispõe sobre funções privativas do Quadro de Oficiais-Generais do Corpo de Oficiais da Aeronáutica (aviadores) ("D. Oficial" de 8-9-954).

Decreto nº 36.041 - de 12 de agosto de 1954 - Concede a Cimento Portland de Minas Gerais S. A. autorização para funcionar como empresa de mineração ("D. Oficial" de 9-9-954).

Decreto nº 36.135 - de 6 de setembro de 1954 - Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Pedrão, São Pedro e São Pedro, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior ("D. Oficial" de 9-9-954).

Decreto nº 36.136 - de 6 de setembro de 1954 - Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Paraná, as águas do rio Fariseus - Arraial, Arraial e Arraial, respectivamente nos seus trechos superior, médio e inferior ("D. Oficial" de 9-9-954 - Retificado no de 15-10-954).

Decreto nº 36.137 - de 6 de setembro de 1954 - Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Efigênio-Prêto, São Simão e São Simão, respectivamente nos seus trechos superior, médio e inferior ("D. Oficial" de 9-9-954).

Decreto nº 36.138 - de 6 de setembro de 1954 - Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Santa Catarina, as águas do rio Caragoatá, Patos e Patos, respectivamente nos seus trechos superior, médio e inferior ("D. Oficial" de 9-9-954).

Decreto nº 36.139 - de 6 de setembro de 1954 - Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Capivari ("D. Oficial" de 9-9-954).

Decreto nº 36.140 - de 6 de setembro de 1954 - Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Pedra

Dourada, São Luís o São Luís, respectivamente nos seus trechos superior, médio e inferior ("D. Oficial" de 9-9-954).

Decreto nº 36.141 - de 6 de setembro de 1954 - Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Ribeirão da Areia ou Riachinho ("D. Oficial" de 9-9-954).

Decreto nº 36.142 - de 6 de setembro de 1954 - Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Espírito Santo, as águas do rio Preto ("D. Oficial" de 9-9-954).

Decreto nº 36.143 - de 6 de setembro de 1954 - Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Pirapetinga ("D. Oficial" de 9-9-954).

Decreto nº 36.144 - de 6 de setembro de 1954 - Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Itacoacara, Boa Esperança e Boa Esperança, respectivamente nos seus trechos superior, médio e inferior ("D. Oficial" de 9-9-954).

Decreto nº 36.145 - de 6 de setembro de 1954 - Declara públicas, de uso comum, do domínio da União, as águas do rio José Vicente-Itararé, Itararé e Itararé, respectivamente nos seus trechos superior, médio e inferior ("D. Oficial" de 9-9-954).

Decreto nº 36.146 - de 6 de setembro de 1954 - Declara públicas, de uso comum, do domínio da União na faixa de 150 km. ao longo da fronteira e do domínio do Estado do Paraná no restante do seu curso, as águas do rio Chopin ("D. Oficial" de 9-9-954).

Decreto nº 36.147 - de 6 de setembro de 1954 - Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Goiás, as águas do rio Pico, Bromado e Brumado, respectivamente nos seus trechos superior, médio e inferior ("D. Oficial" de 9-9-954 - Retificado no de 18-10-954).

Decreto nº 36.148 - de 6 de setembro de 1954 - Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Goiás, as águas do rio Maranhão ("D. Oficial" de 9-9-954 - Retificado no de 16-10-954).

Decreto nº 36.149 - de 6 de setembro de 1954 - Dá a denominação de Companhia Barão de Capanema à atual 1º Companhia de Comunicações ("D. Oficial" de 9-9-954).

Decreto nº 36.019 - de 11 de agosto de 1954 - Outorga concessão à Rádio Cultura de Poços de Caldas S. A. para estabelecer uma estação radiodifusora de ondas curtas ("D. Oficial" de 10-9-954).

Decreto nº 36.131 - de 2 de setembro de 1954 - Cria o estandarte distintivo para o 4º Regimento de Cavalaria "Regimento Sá Brito" ("D. Oficial" de 10-9-954).

Decreto nº 36.132 - de 3 de setembro de 1954 - Revoga o dec. nº 35.448, de 1º de maio de 1954 ("D. Oficial" de 10-9-954).

Decreto nº 36.150 - de 6 de setembro de 1954 - Cria o estandarte distintivo para a 1ª Companhia de Comunicações - "Companhia Barão de Capanema" ("D. Oficial" de 10-9-964).

Decreto nº 36.151 - de 10 de setembro de 1954 - Altera a redação dos arts. 2º, 7º e 33 do decreto nº 35.312, de 2 de abril de 1954 ("D. Oficial" de 10-9-954).

Decreto nº 36.016 - de 11 de agosto de 1954 - Outorga concessão à Rádio Itai Limitada para estabelecer uma estação radiodifusora de ondas médias ("D. Oficial" de 13-9-954).

Decreto nº 36.958 - de 2 de agosto de 1954 - Autoriza a Companhia Geral de Eletricidade a promover os estudos para aproveitamento total de energia hidráulica da cachoeira do Paradoiro, no rio Pardo, distrito e município de Caconde, Estado de São Paulo ("D. Oficial" de 15-9-964).

Decreto nº 36.008 - de 9 de agosto de 1954 - Transfere da Companhia Fôrça e Luz Figueira do Rio Doce para a Companhia de Eletricidade do Médio Riu

Doce a concessão para a fornecimento de energia elétrica na sede do município de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais ("D. Oficial" de 15-9-954).

Decreto nº 36.089 - de 19 de agosto de 1954 - Autoriza estrangeira a adquirir o domínio útil do terreno de marinha que menciona, situado no Distrito Federal ("D. Oficial" de 16-9-954).

Decreto nº 36.126 - de 2 de setembro de 1954 - Concede à Enrico Guarneri & Companhia Comandita por Ações autorização para funcionar como empresa de mineração ("D. Oficial" de 15-9-954).

Decreto nº 36.134 - de 6 de setembro de 1954 - Autoriza a Companhia Sul Mineira de Energia Elétrica a construir uma linha de transmissão entre o distrito de Milagres, município de Monte Santo de Minas, Estado de Minas Gerais, e o distrito de São Benedito das Areias, município de Mococa, Estado de São Paulo ("D. Oficial" de 15-9-954).

Decreto nº 36.152 - de 10 de setembro de 1954 - Declara de utilidade pública diversas áreas de terras marginais do Ribeirão de Lajes e seus afluentes e autoriza a Companhia de Carris, Luz e Fôrça do Rio de Janeiro, Limitada, a promover as desapropriações ("D. Oficial" de 15-9-954).

Decreto nº 36.155 - de 13 de setembro de 1954 - Promulga o acôrdo entre o Brasil e a Repartição Sanitária Panamericana para o funcionamento do Escritório Regional da Repartição no Rio de Janeiro, assinado nessa cidade a 27 de agosto de 1951 ("D. Oficial" de 15-9-954).

Decreto nº 36.156 - de 13 de setembro de 1954 - Torna pública a adesão da Suíça à Convenção para a unificação de certas regras em matéria de abalroamento e à Convenção para a unificação de certas regras em matéria de assistência e de salvamento marítimo, firmadas em Bruxelas a 23 de setembro de 1910 ("b. Oficial" de 15-9-954).

Decreto nº 36.157 - de 13 de setembro de 1954 - Torna público que os governos de 23 países denunciaram a Convenção para a Salvaguarda da

Vida Humana no Mar, firmada em Londres a 31 de maio de 1929 ("D. Oficial" de 15-9-954).

Decreto nº 36.087 - de 19 de agosto de 1954 - Autoriza estrangeiro a adquirir, mediante transferência de aforamento, o domínio útil do terreno acrescido de marinha que menciona, situado no Distrito Federal ("D. Oficial" de 16-9-954).

Decreto nº 36.023 - de 12 de agosto de 1954 - Autoriza estrangeira a adquirir o domínio útil do terreno acrescido de marinha que menciona, situado no Distrito Federal ("D. Oficial" de 17-9-954).

Decreto nº 36.024 - de 12 de agosto de 1954 - Autoriza estrangeira a adquirir o domínio útil do terreno acrescido de marinha que menciona, situado no Distrito Federal ("D. Oficial" de 17-9-954).

Decreto nº 36.053 - de 14 de agosto de 1954 - Outorga concessão à Panair do Brasil S. A. para instalar um transmissor ("D. Oficial" de 17-9-954).

Decreto nº 36.111 - de 23 de agosto de 1954 - Outorga concessão à empresa Panair do Brasil S. A. para substituir por outro o transmissor de sua estação radiotelegráfica de Cucuí, Estado do Amazonas ("D. Oficial" de 17-9-954).

Decreto nº 36.112 - de 23 de agosto de 1954 - Outorga concessão à Panair do Brasil S. A. para instalar mais um transmissor, em sua estação radiotelegráfica na cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte ("D. Oficial" de 17-9-954).

Decreto nº 36.127 - de 2 de setembro de 1954 - Concede à Mineração Terramina Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração ("D. Oficial" de 17-9-954).

Decreto nº 36.133 - de 6 de setembro de 1954 - Outorga à Companhia Fôrça e Luz de Centralina concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da cachoeira Piedade, existente no rio Piedade, município de Canápolis, Estado de Minas Gerais ("D. Oficial" de 17-9-954).

Decreto nº 36.158 - de 14 de setembro de 1954 - Revoga o dec. nº 10.674, de 22 de outubro de 1942 ("D. Oficial" de 17-9-954).

Decreto nº 36.159 - de 14 de setembro de 1954 - Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Mato Grosso, as águas do rio Tenente Amaral ("D. Oficial" de 17-9-954).

Decreto nº 36.160 - de 14 de setembro de 1954 - Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Caxambu, Três Irmãos e Três Irmãos, respectivamente nos seus trechos superior, médio e inferior ("D. Oficial" de 17-9-954).

Decreto nº 36.162 - de 14 de setembro de 1964 - Autoriza a Sociedade Anônima Mineração da Trindade a pesquisar minérios de manganês, de ferro e associados no município de Alvinópolis, Estado de Minas Gerais ("D. Oficial" de 17-9-954).

Decreto nº 36.163 - de 14 de setembro de 1954 - Autoriza o cidadão brasileiro Omar Moreira de Figueiredo a pesquisar quartzo no município de Comercinho, Estado de Minas Gerais ("D. Oficial" de 17-9-954).

Decreto nº 36.164 - de 14 de setembro de 1954 - Autoriza o cidadão brasileiro Christian Gottlob Wurster a pesquisar água mineral no município de Tangará, Estado de Santa Catarina ("D. Oficial" de 17-9-954).

Decreto nº 36.165 - de 14 de setembro de 1954 - Autoriza o cidadão brasileiro Vito Saverio Pentagna a pesquisar caulim e associados no município de Marquês de Valença, Estado do Rio de Janeiro ("D. Oficial" de 17-9-954).

Decreto nº 36.166 - de 14 de setembro de 1954 - Autoriza a Usina Queirós Júnior S. A. - Indústria Siderúrgica, a pesquisar talco e associados no município de Conselheiro Lafaiete, Estado de Minas Gerais ("D. Oficial" de 17-9-954).

Decreto nº 36.167 - de 14 de setembro de 1954 - Autoriza a cidadã brasileira Maria de Lourdes Pimenta a pesquisar quartzo no município de Bocaiúva, Estado de Minas Gerais ("D. Oficial" de 17-9-954).

Decreto nº 36.168 - de 14 de setembro de 1954 - Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Magalhães Filho a pesquisar diamante nos municípios de Grão Mogol e Minas Novas, Estado de Minas Gerais ("D. Oficial" de 17-9-954).

Decreto nº 36.169 - de 14 de setembro de 1954 - Autoriza o cidadão brasileiro Frederico de Assunção a pesquisar quartzo e associados no município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo ("D. Oficial" de 17-9-954).

Decreto nº 36.170 - de 14 de setembro de 1954 - Autoriza o cidadão brasileiro René Andraus a pesquisar cassiterita e associados nos municípios de Camaquã, Canguçu, Boqueirão e Encruzilhada do Sul, Estado do Rio Grande do Sul ("D. Oficial" de 17-9-954).

Decreto nº 36.171 - de 14 de setembro de 1954 - Autoriza o cidadão brasileiro Moacir Duarte Pereira a pesquisar secheelita e associados no município de São Tomé, Estado do Rio Grande do Norte ("D. Oficial" de 17-9-954).

Decreto nº 36.172 - de 14 de setembro de 1954 - Autoriza o cidadão brasileiro Lidio Lunardi a pesquisar água mineral no município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais ("D. Oficial" de 17-9-954).

Decreto nº 36.173 - de 14 de setembro de 1954 - Autoriza o cidadão brasileiro Marcelo Rui Vicente de Azevedo a pesquisar agalmatolito, quartzo, minérios de ferro, manganês e associados no município de Mateus Leme, Estado de Minas Gerais ("D. Oficial" de 17-9-964).

Decreto nº 36.174 - de 14 de setembro de 1954 - Dá nova redação ao art. 298 e seu § 1º, e ao inciso nº 1 do art. 299 do regulamento aprovado pelo dec. nº 6.031, de 26 de julho de 1940 ("D. Oficial" de 17-9-954).

Decreto nº 36.175 - de 14 de setembro de 1954 - Torna insubsistente o Quadro de Efetivos, publicado com o regulamento aprovado pelo decreto nº 32.090, de 14 de janeiro de 1953 ("D. Oficial" de 17-9-954).

Decreto nº 36.176 - de 14 de setembro de 1954 - Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, o imóvel que menciona, situado no Distrito Federal ("D. Oficial" de 17-9-954).

Decreto nº 36.177 - de 15 de setembro de 1954 - Abre, ao Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 401.240.20, para pagamento de despesas extra-contratuais verificadas na construção de um grupo de casas residenciais, na Base Aérea de Natal ("D. Oficial" de 17-9-954).

Decreto nº 36.178 - de 16 de setembro de 1954 - Altera o modelo de documento previsto no artigo 58 do Regulamento da Escola de Oficiais Especialistas e de Infantaria de Guarda (EOEG), aprovado pelo dec. nº 31.488, de 19 de setembro de 1952, modificado pelo dec. nº 33.053, de 15 de junho de 1953 ("D. Oficial" de 17-9-954).

Decreto nº 36.181 - de 15 de setembro de 1954 - Declara públicas, de uso comum, do domínio da União, as águas do rio Ribeirão-Ribeirinha, Ribeira e Ribeira-Ribeira do Iguape, respectivamente nos seus trechos superior, médio e inferior ("D. Oficial" de 17-9-954).

Decreto nº 35.693 - de 18 de junho de 1954 - Aprova reforma dos estatutos sociais do instituto Hipotecário e Financeiro S. A. - Banco de Crédito Real ("D. Oficial" de 18-9-954).

Decreto nº 36.130 - de 2 de setembro de 1954 - Outorga à Prefeitura Municipal de Luziânia concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da cachoeira de Saia Velha, existente no ribeirão Saia Velha, município de Luziânia, Estado de Goiás ("D. Oficial" de 18-9-954).

Decreto nº 36.184 - de 16 de setembro de 1954 - Dispõe sobre a substituição dos membros da

Finalpag. 513

Comissão de Habilitação de Pensões Vitalícias e dá outras providências ("D. Oficial" de 18-9-954 - Retificado no de 23-9-954).

Decreto nº 36.190 - de 18 de setembro de 1954 - Fixa normas para elaboração de atos de provimento e vacância de cargos públicos ("D. Oficial" de 18-9-964).

Decreto nº 35.354 - de 8 de abril de 1954 - Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento de capital, mudança de denominação e extensão das operações aos seguros dos ramos elementares da "Equitativa dos Estados Unidos do Brasil" ("D. Oficial" de 27-4-954 - Retificado no de 20-9-954).

Decreto nº 36.153 - de 10 de setembro de 1954 - Autoriza a Fábrica de Tecidos Tatuapé S. A. a instalar uma usina termoelétrica na cidade de São Paulo, para uso exclusivo ("D. Oficial" de 21-9-954).

Decreto nº 36.188 - de 17 de setembro de 1954 - Retifica o art. 1º do dec. nº 30.333, de 21 de dezembro de 1951 ("D. Oficial" de 22-9-954).

Decreto nº 36.189 - de 17 de setembro de 1954 - Autoriza o cidadão brasileiro Pedro Caetano dos Santos a lavrar minério de ouro no município de Piancó, Estado da Paraíba ("D. Oficial" de 22-9-954).

Decreto nº 36.192 - de 20 de setembro de 1954 - Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, imóvel que menciona, situado em Teresópolis, no Estado do Rio de Janeiro ("D. Oficial" de 22-9-954).

Decreto nº 36.208 - de 20 de setembro de 1954 - Abre, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 840.000,00 para o fim que especifica ("D. Oficial" de 22-9-954).

Decreto nº 36.209 - de 20 de setembro de 1954 - Suspende a admissão de pessoal extranumerário e dá outras providências ("D. Oficial" de 22-9-954).

Decreto nº 36.179 - de 15 de setembro de 1954 - Restringe a zona de concessão da Companhia Eletricidade Muqui do Sul, Estado do Espírito Santo ("D. Oficial" de 23-9-954).

Decreto nº 36.180 - de 15 de setembro de 1954 - Outorga à Prefeitura Municipal de Mimoso do Sul concessão para o aproveitamento de tiro desnível existente no rio Muqui do Sul, Estado de Espírito Santo ("D. Oficial" de 23-9-954).

Decreto nº 36.182 - de 16 de setembro de 1954 - Suprime da relação de funções gratificadas a Comissão Técnica de Rádio ("D. Oficial" de 23-9-954).

Decreto nº 36.185 - de 17 de setembro de 1954 - Torna público o depósito dos instrumentos de ratificação, pelo México, da Convenção Internacional sobre a Concessão de Direitos Civis à Mulher, assinada em Bogotá a 2 de maio de 1948 ("D. Oficial" de 23-9-954 - Retificado no de 13-10-954).

Decreto nº 36.186 - de 17 de setembro de 1954 - Declara públicas, de uso comum do domínio do Estado de Goiás, as águas do rio Cabeleira ("D. Oficial" de 23-9-954).

Decreto nº 36.193 - de 20 de setembro de 1954 - Dá nova redação ao dec. nº 35.519. de 19 de maio de 1954, que aprova o Regulamento do Instituto Nacional de Imigração e Colonização ("D. Oficial" de 23-9-954).

Decreto nº 36.201 - de 20 de setembro de 1954 - Autoriza o cidadão brasileiro Francisco Pereira de Oliveira a pesquisar mica e associados no município de Matias Barbosa, Estado de Minas Gerais ("D. Oficial" de 23-9-954).

Decreto nº 36.202 - de 20 de setembro de 1954 - Autoriza o cidadão brasileiro João Pimenta de Carvalho a pesquisar galena argentífera e associados no município de São João da Ponte, Estado de Minas Gerais ("D. Oficial", de 23-9-954).

Decreto nº 36.203 - de 20 de setembro de 1954 - Autoriza o cidadão brasileiro Geraldo Rodrigues de Melo a pesquisar mica e associados no município de Santa Maria do Suaçuí Estado de Minas Gerais ("D. Oficial" de 23-9-954).

Decreto nº 36.204 - de 20 de setembro de 1954 - Autoriza o cidadão brasileiro Geraldo Rodrigues de Melo a pesquisar mica e associados no município de Santa Maria do Suaçuí, Estado de Minas Gerais ("D. Oficial" de 23-9-954).

Decreto nº 36.205 - de 20 de setembro de 1954 - Autoriza o cidadão brasileiro José Eulálio de Matos Pimenta a pesquisar argila e associados no município de Suzano, Estado de São Paulo ("D. Oficial" de 23-9-954).

Decreto nº 36.206 - de 20 de setembro de 1954 - Autoriza a cidadã brasileira Maria de Lourdes Pimenta a pesquisar quartzo no município de Montes Claros, Estado de Minas Gerais ("D. Oficial" de 23-9-954).

Decreto nº 36.211 - de 21 de setembro de 1954 - Declara públicas de uso comum, do domínio do Estado de São Paulo, as águas do rio Couros-Lourenço Velho, Lourenço Velho e Lourenço Velho, respectivamente nos seus trechos superior, médio e inferior ("D. Oficial" de 23-9-954).

Decreto nº 36.212 - de 21 de setembro de 1954 - Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de São Paulo, as águas do Prazeres, Pardo e Pardo, respectivamente nos seus trechos superior, médio e inferior ("D. Oficial" de 23-9-954).

Decreto nº 36.213 - de 21 de setembro de 1954 - Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de São Paulo, as águas do rio Bonito, Negro e Negro, respectivamente nos seus trechos superior, médio e inferior ("D. Oficial" de 23-9-954).

Decreto nº 36.218 - de 21 de setembro de 1954 - Eleva, sem aumento de despesa, à categoria de Agência, a capatazia da Capitania dos Portos do Estado do Pará e Território do Amapá, em Macapá ("D. Oficial" de 23-9-954).

Decreto nº 36.187 - de 17 de setembro de 1954 - Autoriza Orquima, Indústrias Químicas Reunidas S. A. a lavar ilmenita, zirconita, monazita, rutilo e associados no município de Vitória, Estado do Espírito Santo ("D. Oficial" de 24-9-954).

Decreto nº 36.191 - de 20 de setembro de 1954 - Revoga o dec. nº 2.506, de 16 de março de 1938 ("D. Oficial" de 24-9-954).

Decreto nº 36.207 - de 20 de setembro de 1954 - Renova o dec. nº 31.026, de 20 de junho de 1952 ("D. Oficial" de 24-9-954).

Decreto nº 36.219 - de 23 de setembro de 1954 - Extingue a Comissão Executiva instituída pelo dec. nº 32.702, de 4 de maio de 1953 ("D. Oficial" de 24-9-954).

Decreto nº 36.223 - de 24 de setembro de 1954 - Abre, ao Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 152.673.879.60, destinado ao pagamento de gratificação adicional aos empregados das estradas de ferro em regime especial ("D. Oficial" de 24-9-954).

Decreto nº 36.224 - de 24 de setembro de 1954 - Dispõe sobre a aplicação do salário mínimo aos casos que especifica ("D. Oficial" de 24-9-954 - Retificado no de 6-10-954).

Decreto nº 36.225 - de 24 de setembro de 1954 - Dá nova redação à seção I do capítulo 1º do Regimento dos Órgãos da Presidência da República, aprovado pelo dec. nº 23.822, de 10 de outubro de 1947 ("D. Oficial" de 24-9-954 - Retificado no de 27-9-954).

Decreto nº 36.226 - de 24 de setembro de 1954 - Aprova as cláusulas para revisão do contrato de arrendamento da rede da Viação Férrea

Finalpag. 514

do Rio Grande do Sul, no Estado do mesmo nome ("J. Oficial" de 24-9-964).

Decreto nº 35.999 - de 9 de agosto de 1954 - Outorga concessão à S. A. Empresa de Viação Aérea Rio Grandense "Varig", para instalar um transmissor de 0.4 kw de potência ("D. Oficial" de 25-9-954).

Decreto nº 36.113 - de 23 de agosto de 1954 - Outorga concessão à Real S. A. Transportes Aéreos para instalar mais um transmissor em sua estação do aeroporto de Caxambu ("D. Oficial" de 25-9-954).

Decreto nº 36.014 - de 11 de agosto de 1954 - Outorga concessão à S. A. Empresa de Viação Aérea Rio Grandense "Varig" para instalar um transmissor, modelo Varig, de 0,4 kw de potência ("D. Oficial" de 25-9-954).

Decreto nº 36.015 - de 11 de agosto de 1954 - Outorga concessão à S. A. Empresa de Viação Aérea Riograndense "Varig", para instalar um transmissor ("D. Oficial" de 25-9-954).

Decreto nº 36.018 - de 11 de agosto de 1954 - Revoga a concessão autorizada Pelo dec. número 32.429, de 16 de março de 1953 ("D. Oficial" de 25-9-954).

Decreto nº 36.161 - de 14 de setembro de 1954 - Autoriza o cidadão brasileiro José Tristão Riet de Carvalho a lavrar calcário no município de Bagé, Estado do Rio Grande do Sul ("D. Oficial" de 25-9-954).

Decreto nº 36.183 - de 16 de setembro de 1954 - Declara extinta a concessão de que era titular a Companhia Riograndense de Usinas Elétricas e autoriza o Estado do Rio Grande do Sul a incumbir-se dos serviços de produção e distribuição de energia elétrica no município de Cachoeira do Sul, incorporando-os ao conjunto de concessões e autorizações outorgado pelo dec. nº 19.896, de 29 de outubro de 1945 ("D. Oficial" de 25-9-954).

Decreto nº 36.196 - de 20 de setembro de 1954 - Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica à Empresa Luz e Força de Mangaratiba Ltda. ("D. Oficial" de 25-9-954).

Decreto nº 36.214 - de 21 de setembro de 1954 - Outorga ao Departamento de Águas e Energia Elétrica, do Estado de São Paulo, autorização de estudos para aproveitamento do Rio Tietê ("D. Oficial" de 27-9-954).

Decreto nº 36.221 - de 24 de setembro de 1954 - Revoga o dec. nº 35.893 de 23 de julho de 1954 ("D. Oficial" de 27-9-964).

Decreto nº 36.222 - 24 de setembro de 1954 - Dispõe sobre a execução do dec. nº 36.132, de 3 de setembro de 1954 ("D. Oficial" de 27-9-954).

Decreto nº 36.227 - de 27 de setembro de 1954 - Altera a redação do dec. nº 30.955 de 7 de junho de 1952 ("D. Oficial" de 27-9-954).

Decreto nº 36.210 - de 20 de setembro de 1954 - Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras contra as

Sêcas, área de terreno necessária a construção do açude público Mendobim, no município de Açú, Estado do Rio Grande do Norte ("D. Oficial" de 29-9-954).

Decreto nº 36.220 - de 23 de setembro de 1954 - Aprova o Regimento da Colônia Penal Cândido Mendes ("D. Oficial" de 29-9-954).

Decreto nº 36.228 - de 27 de setembro de 1954 - Altera o regulamento provisório de promoções dos oficiais da Aeronáutica da Ativa ("D. Oficial" de 29-9-954).

Decreto nº 36.261 - de 29 de setembro de 1954 - Altera o Regimento dos órgãos da Presidência da República, aprovado pelo dec. nº 23.822, de 19 de outubro de 1947 ("D. Oficial" de 29-9-954).

Decreto nº 35.763 - de 1 de julho de 1954 - Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia Bandeirante de Seguros Gerais ("D. Oficial" de 14-8-954 - Retificado no de 30-9-954).

Decreto nº 35.792 - de 9 de julho de 1954 - Outorga à Prefeitura Municipal de Carazinho concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de um desnível existente no rio Puitã, distrito de Tapera, município de Carazinho, Estado do Rio Grande do Sul ("D. Oficial" de 30-9-954).

Decreto nº 35.896 - de 23 de julho de 1954 - Outorga à Prefeitura Municipal de Monte Alegre de Minas concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da cachoeira Esperança, existente no rio Piedade, distrito da sede do município de Monte Alegre de Minas, Estado de Minas Gerais ("D. Oficial" de 30-9-954).

Decreto nº 36.250 - de 27 de setembro de 1954 - Autoriza o cidadão brasileiro Evaristo Guedes a pesquisar caulim, argila e associados no município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo ("D. Oficial" de 30-9-954).

Decreto nº 36.194 - de 20 de setembro de 1954 - Retifica o art. 19 do dec. nº 33.314, de 15 de julho de 1953 ("D. Oficial" de 30-9-954).

Decreto nº 36.198 - de 20 de setembro de 1954 - Autoriza o cidadão brasileiro Fábio de Melo a pesquisar argila e associados no município de Suzano, Estado de São Paulo ("D. Oficial" de 30-9-954).

Decreto nº 36.199 - de 20 de setembro de 1954 - Autoriza o cidadão brasileiro João Henrique Monnerat Júnior a pesquisar feldspato caulim e quartzo no município de Cantagalo, Estado do Rio de Janeiro ("D. Oficial" de 30-9-954).

Decreto nº 36.200 - de 20 de setembro de 1954 - Autoriza o cidadão brasileiro Francisco Alexandre de Matos a lavrar calcário no município de Lagoa Santa, Estado de Minas Gerais ("D. Oficial" de 30-9-954).

Decreto nº 36.229 - de 27 de setembro de 1954 - Cria função na Tabela Única de Extranumerário-Mensalista do Ministério da Marinha ("D. Oficial" de 30-9-954).

Decreto nº 36.230 - de 27 de setembro de 1954 - Abre, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 1.730.000,00, para atender aos compromissos resultantes de contrato firmado entre a Inspetoria Salesiana de Santo Afonso e as Missões Salesianas do Rio Negro ("D. Oficial" de 30-9-954).

Decreto nº 36.231 - de 27 de setembro de 1954 - Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no município de Buriti Alegre, no Estado de Goiás ("D. Oficial" de 30-9-954).

Decreto nº 36.232 - de 27 de setembro de 1954 - Declara de utilidade pública para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras contra as Secas, área de terreno necessária à construção do açude público "Vereda Grande", no município de Floriano, Estado do Piauí ("D. Oficial" de 30-9-954).

Decreto nº 36.252 - de 27 de setembro de 1954 - Autoriza o cidadão brasileiro John Davies a pesquisar gipsita e associados no município de Maraú, Estado da Bahia ("D. Oficial" de 30-9-954).

Decreto nº 36.253 - de 27 de setembro de 1954 - Autoriza o cidadão brasileiro Levindo Moreira Quintão a pesquisar mica e quartzo no município de Malacacheta, Estado de Minas Gerais ("D. Oficial" de 30-9-954).

Decreto nº 36.254 - de 27 de setembro de 1954 - Autoriza a Companhia Mineira de Siderurgia a pesquisar minério de ferro, quartzo e associado no município de Itaúna, Estado de Minas Gerais ("D. Oficial" de 30-9-954).

Decreto nº 36.255 - de 27 de setembro de 1954 - Autoriza a Companhia Brasileira de Vidros S. A. a lavrar areia quartzosa na Restinga de Jacarepaguá, no Distrito Federal ("D. Oficial" de 30-9-954).

Decreto nº 36.256 - de 27 de setembro de 1954 - Autoriza Suprargila Lida. a pesquisar feldspato

Finalpag. 515

e associados no município de Mar de Espanha, Estado de Minas Gerais ("D. Oficial" de 30-9-954).

Decreto nº 36.257 - de 27 de setembro de 1954 - Autoriza o cidadão brasileiro Pedro Bonotto a pesquisar mica, caulim e associados no município de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais ("D. Oficial" de 30-9-954).

Decreto nº 36.258 - de 27 de setembro de 1954 - Autoriza o cidadão brasileiro José Pazetti a pesquisar calcário e associados no município de Piracicaba, Estado de São Paulo ("D. Oficial" de 30-9-954).

Decreto nº 36.259 - de 27 de setembro de 1954 - Autoriza o cidadão brasileiro Araci Alves Caldeira a pesquisar mica e associados no município de Virgolândia, Estado de Minas Gerais ("D. Oficial" de 30-9-954).

Decreto nº 36.260 - de 27 de setembro de 1954 - Autoriza o governo do Território Federal de Fernando de Noronha a lavrar fosfatos na ilha Rata, Território de Fernando de Noronha ("D. Oficial" de 30-9-954).

*

Decreto nº 36.248 - de 27 de setembro de 1954 - Aprova aumento do capital do Instituto Hipotecário e Financeiro S. A. - Banco de Crédito Real e conseqüente reforma dos seus estatutos sociais ("D. Oficial" de 1-10-954).

Decreto nº 36.249 - de 27 de setembro de 1954 - Aprova a prorrogação da autorização do prazo para funcionamento do Instituto Hipotecário e Financeiro S. A. - Banco de Crédito Real ("D. Oficial" de 1-10-954).

Decreto nº 36.262 - de 29 de setembro de 1954 - Autoriza o cidadão brasileiro Geraldo Alves de Sousa a pesquisar agalmatolito no município de Pará de Minas Estado de Minas Gerais ("D. Oficial" de 1-10-954).

Decreto nº 35.507 - de 15 de maio de 1954 - Transfere à Prefeitura Municipal do Alto Rio Doce concessão para aproveitar e distribuir energia elétrica ("D. Oficial" de 2-10-954).

Decreto nº 36.266 - de 30 de setembro de 1954 - Passa as unidades militares, empenhadas nos trabalhos de construção do eixo ferroviário que constitui o Tronco Principal Sul, diretamente subordinadas à Diretoria de Engenharia, na parte referente ao seu emprego e aos trabalhos de construção ("D. Oficial" de 2-10-954).

Decreto nº 36.287 - de 2 de outubro de 1954 - Revoga o dec. nº 29.783, de 19 de julho de 1951 ("D. Oficial" de 2-10-954).

Decreto nº 36.267 - de 1 de outubro de 1954 - Acrescenta Quadros de Oficiais Especialistas a alínea a do art. 1º do dec. nº 31.401, de 8 de setembro de 1952 ("D. Oficial" de 4-10-954).

Decreto nº 36.268 - de 1 de outubro de 1954 - Dispõe sobre os Cursos Pedagógicos de Ensino Industrial e o seu funcionamento ("D. Oficial" de 4-10-954).

Decreto nº 36.269 - de 1 de outubro de 1954 - Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no município de Bom Jesus do Galho, no Estado de Minas Gerais ("D. Oficial" de 4-10-954).

Decreto nº 36.270 - de 1 de outubro de 1954 - Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no município de Abaeté, no Estado de Minas Gerais ("D. Oficial" de 4-10-954).

Decreto nº 36.278 - de 1 de outubro de 1954 - Autoriza o cidadão brasileiro Gustavo Leon Zalecki a pesquisar caulim e quartzo no município de Franco da Rocha, Estado de São Paulo ("D. Oficial" de 4-10-954).

Decreto nº 36.279 - de 1 de outubro de 1954 - Autoriza o cidadão brasileiro Elias João Jorge a pesquisar argila no município de São Simão, Estado de São Paulo ("D. Oficial" de 4-10-954).

Decreto nº 36.280 - de 1 de outubro de 1954 - Autoriza o cidadão brasileiro Elias João Jorge a pesquisar argila no município de São Simão, Estado de São Paulo ("D. Oficial" de 4-10-954).

Decreto nº 36.281 - de 1 de outubro de 1954 - Autoriza a S. A. de Cimento, Mineração e Cabotagem "Cimimar" a pesquisar calcário conchífero no município de Arroio Grande, Estado do Rio Grande do Sul ("D. Oficial" de 4-10-954).

Decreto nº 36.282 - de 1 de outubro de 1954 - Autoriza o cidadão brasileiro Augusto Carlos Cardoso Júnior a pesquisar fosfato orgânico no município de Corumbá, Estado de Mato Grosso ("D. Oficial" de 4-10-954).

Decreto nº 36.283 - de 1 de outubro de 1954 - Autoriza Orquima, Indústrias Químicas Reunidas S. A., a lavrar ilmenita, zirconita monazita, rutilo e associados no município de Vila Velha, Estado do Espírito Santo ("D. Oficial" de 4-10-964).

Decreto nº 36.284 - de 1 de outubro de 1954 - Autoriza o cidadão brasileiro Otávio Barbosa a lavrar carvão mineral no município de Curiúva, Estado do Paraná ("D. Oficial" de 4-10-954).

Decreto nº 36.285 - de 1 de outubro de 1954 - Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Saturnino de Resende a lavrar minério de manganês no município de Lagoa Dourada, Estado de Minas Gerais ("D. Oficial" de 4-10-954).

Decreto nº 36.286 - de 1 de outubro de 1954 - Autoriza a Sociedade Carbonífera Monte Negro Ltda. a Pesquisar carvão mineral no município de Urussanga, Estado de Santa Catarina ("D. Oficial" de 4-10-954).

Decreto nº 36 288 - de 2 de outubro de 1954 - Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, os imóveis necessários à ampliação das instalações da sede do 5º Distrito da Comissão do Vale do São Francisco, situado na cidade de Propriá, Estado de Sergipe ("D. Oficial" de 5-10-954).

Decreto nº 36.289 - de 2 de outubro do 1954 - Cria função na Tabela Calca de Extranumerário-Mensalista do Ministério da Justiça e Negócios Interiores ("D. Oficial" de 5-10-954).

Decreto nº 36.291 - de 5 de outubro do 1954 - Cria funções na Parte Suplementar da Tabela única de Extranumerário-Mensalista do Ministério da Fazenda, a serem ocupadas pelos extranumerários da Superintendência e Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional, de acôrdo com o art. 5º da lei nº 2.193, de 9 e março de 1954 ("D. Oficial" de 5-10-954).

Decreto nº 36.197 - de 20 de setembro de 1954 - Concede autorização para funcionar como emprêsa de energia elétrica a Francisco Lindner & Cia. Ltda. ("D. Oficial" de 6-10-954).

Decreto nº 36.265 - de 30 de setembro de 1954 - Altera, sem aumento de despesa, as Tabelas Numéricas Ordinárias de Extranumerários-Mensalistas das Fábricas de Bonsucesso e da Estrêla, da Diretoria de Fabricação do Exército, do Departamento Técnico e de Produção do Exército, do Ministério da Guerra ("D. Oficial" de 6-10-954).

Decreto nº 36.277 - de 1 de outubro de 1954 - Retifica o art. 1º do dec. nº 35.564, de 26 de maio de 1954 ("D. Oficial" de 6-10-954).

Decreto nº 36.290 - de 5 de outubro de 1954 - Retifica o dec. nº 33.132, de 24 de junho de 1953, que dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-Mensalista da Agência da Capitania dos Portos do Estado de Santa Catarina, em Laguna, do Ministério da Marinha, e dá outras providências ("D. Oficial" de 7-10-954).

Decreto nº 36.247 - de 27 de setembro de 1954 - Autoriza estrangeiro a adquirir, em revigoração de aforamento, o domínio útil de terreno de marinha que menciona, situado no Distrito Federal ("D. Oficial" de 8-10-954).

Finalpag. 516

Decreto nº 56.251 - de 27 de setembro de 1954 - Concede à Potyguar - Indústria e Comércio Ltda., autorização para funcionar como empresa de mineração ("D. Oficial" de 8-10-954).

Decreto nº 36.291 - de 5 de outubro de 1954 - Cria funções na Parte Suplementar da Tabela única de Extranumerário-Mensalista do Ministério da Fazenda, a serem ocupadas pelos extranumerários da Superintendência e Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional, de acordo com o art. 5º da lei nº 2.193, de 9 de março de 1954 ("D. Oficial" de 8-10-954).

Decreto nº 36.298 - de 7 de outubro de 1954 - Altera a Série Funcional de Motorista da Tabela Especial de Extranumerários-Mensalistas do Serviço Nacional de Febre Amarela ("D. Oficial" de 8-10-954).

Decreto nº 36.305 - de 7 de outubro de 1954 - Dispõe sobre condecorações comemorativas do 2º centenário de Samuel Hahnemann e dá outras providências ("D. Oficial" de 8-10-954).

Decreto nº 35.447 - de 30 de abril de 1954 - Aprova a relação das Funções Gratificadas mediante classificação nos símbolos previstos no artigo 29 da lei nº 2.188, de 3 de março de 1954, dá outras providências ("D. Oficial" de 10-5-954 - Retificado no de 9-10-954).

Decreto nº 35.793 - de 9 de julho de 1954 - Transfere, da Prefeitura Municipal de Bento Gonçalves para a Comissão Estadual de Energia Elétrica, do Rio

Grande do Sul, a concessão para a produção e fornecimento de energia elétrica no município de Bento Gonçalves ("D. Oficial" de 9-10-954).

Decreto nº 36.292 - de 7 de outubro de 1954 - Eleva a Delegacia da Capitania dos Portos do Estado do Rio Grande do Sul, em Uruguaiana, à categoria de capitania de 3ª classe ("D. Oficial" de 9-10-954).

Decreto nº 36.293 - de 7 de outubro de 1954 - Suprime cargos provisórios ("D. Oficial" de 9-10-954).

Decreto nº 36.294 - de 7 de outubro de 1954 - Suprime cargos extintos ("D. Oficial", de 9-10-954).

Decreto nº 36.295 - de 7 de outubro de 1954 - Suprime cargos extintos ("D. Oficial" de 9-10-954).

Decreto nº 36.296 - de 7 de outubro de 1954 - Inclui o Laboratório de Ensaios e Pesquisas, da Divisão de Orientação e Pesquisas da Diretoria do Material, entre os estabelecimentos constantes do item 4, do art. 3º, do dec. nº 30.033, de 1 de outubro de 1951 ("D. Oficial" de 9-10-954).

Decreto nº 36.297 - de 7 de outubro de 1954 - Dispõe sobre a circulação aérea e dá outras providências ("D. Oficial" de 9-10-954).

Decreto nº 36.299 - de 7 de outubro do 1954 - Renova o dec. nº 30 751, de 14 de abril de 1952 ("D. Oficial" de 9-10-954).

Decreto nº 36.300 - de 7 de outubro de 1954 - Renova o dec. nº 30.749, de 14 de abril de 1952 ("D. Oficial" de 9-10-954).

Decreto nº 36.301 - de 7 de outubro de 1954 - Renova o dec. nº 30.886 de 21 de maio de 1952 ("D. Oficial" de 9-10-954).

Decreto nº 30.302 - de 7 de outubro de 1954 - Renova o dec. nº 31.023, de 20 de junho de 1952 ("D. Oficial" de 9-10-954).

Decreto nº 34.998 - de 2 de fevereiro de 1954 - Autoriza o funcionamento do curso de educação física infantil do Instituto de Educação de Minas Gerais ("D. Oficial" de 11-10-954).

Decreto nº 36.195 - de 20 de setembro de 1954 - Concede à Mica Norte Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração ("D. Oficial" de 11-10-954).

Decreto nº 36.306 - de 8 de outubro de 1954 - Torna público o depósito do instrumento de ratificação por parte do governo do Panamá, dos atos do V Congresso da União Postal das Américas e Espanha, firmados no Rio de Janeiro a 25 de setembro de 1946 ("D. Oficial" de 11-10-954).

Decreto nº 36.307 - de 8 de outubro de 1954 - Abre, ao Poder Judiciário - Justiça do Trabalho - Tribunal Superior do Trabalho, o Crédito especial de Cr\$ 900.000,00, para o fim de que especifica ("D. Oficial" de 11-10-954).

Decreto nº 86.308 - de 8 de outubro de 1954 - Autoriza o cidadão brasileiro Basílio dos Santos Melo a pesquisar minério de manganês no município de Pacajus, Estado do Ceará ("D. Oficial" de 11-10-954).

Decreto nº 36 309 - de 8 de outubro de 1954 - Autoriza o cidadão brasileiro Sebastião d'Assunção a pesquisar calcário e associados no município de Candeias, Estado de Minas Gerais ("D. Oficial" de 11-10-954).

Decreto nº 36.310 - de 8 de outubro de 1954 - Autoriza o cidadão brasileiro Sinval Duarte Pereira a pesquisar scheelita e associados no município de São Tomé, Estado do Rio Grande do Norte ("D. Oficial" de 11-10-954).

Decreto nº 36 311 - de 8 de outubro de 1954 - Autoriza o cidadão brasileiro Sinval Duarte Pereira a pesquisar scheelita e associados no município de São Tomé, Estado do Rio Grande do Norte ("D. Oficial" de 11-10-954).

Decreto nº 36.312 - de 8 de outubro de 1954 - Autoriza o cidadão brasileiro Jorge Abdalla Chamma a pesquisar hematita e associados no município de Belo Vale, Estado de Minas Gerais ("D. Oficial" de 11-10-954).

Decreto nº 36.313 - de 8 de outubro de 1954 - Autoriza o cidadão brasileiro Augusto Frederico Schmidt a pesquisar monazita e associados nos municípios de Ipanguaçu e São Rafael, Estado do Rio Grande do Norte ("D. Oficial" de 11-10-954).

Decreto nº 36.314 - de 8 de outubro de 1954 - Autoriza o cidadão brasileiro Augusto Frederico Schmidt a pesquisar monazita e associados na município de São Rafael, Estado do Rio Grande do Norte ("D. Oficial" de 11-10-954).

Decreto nº 36.315 - de 8 de outubro de 1954 - Autoriza o cidadão brasileiro Augusto Frederico Schmidt a pesquisar monazita e associados no município de São Rafael, Estado do Rio Grande do Norte ("D. Oficial" de 11-10-954).

Decreto nº 36.316 - de 8 de outubro de 1954 - Autoriza o cidadão brasileiro Augusto Frederico Schmidt a pesquisar monazita e associados no município de São Rafael, Estado do Rio Grande do Norte ("D. Oficial" de 11-10-954).

Decreto nº 36.319 - de 8 de outubro de 1954 - Abre, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00 para os fins que especifica ("D. Oficial", de 11-10-954).

Decreto nº 36.320 - de 9 de outubro de 1954 - Cria a Comissão Permanente de Material e Pesquisas Militares e dá outras providências ("D. Oficial" de 11-10-954).

Decreto nº 36.323 - de 11 de outubro de 1954 - Altera o Quadro Especial do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, criado pelo decreto nº 26.510, de 25 de março de 1949 ("D. Oficial" de 11-10-954).

Decreto nº 36.317 - de 8 de outubro de 1954 - Outorga à Prefeitura Municipal de Santa Helena de Goiás concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de um desnível existente no rio São Tomás ("D. Oficial" de 13-10-954).

Decreto nº 36.324 - de 11 de outubro de 1954 - Aprova o Regulamento para a Inspetoria-Geral da Marinha ("D. Oficial" de 13-10-954 - Retificado nos de 14-10-954 e 16-10-954).

Decreto nº 36.022 - de 11 de agosto de 1954 - Declara de utilidade pública um terreno existente no município de Matipó, Estado de Minas Gerais e dá outras providências ("D. Oficial" de 14-10-954).

Finalpag. 517

Decreto nº 36.303 - de 7 de outubro de 1954 - Concede à Mineração, Indústria e Comércio de Metais Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração ("D. Oficial" de 14-10-954).

Decreto nº 36.304 - de 7 de outubro de 1954 - Autoriza Raimundo Pinheiro Lopes a comprar pedras preciosas ("D. Oficial" de 14-10-954).

Decreto nº 36.318 - de 8 de outubro de 1954 - Autoriza a São Paulo Light & Power Co. Ltd. a construir uma linha de transmissão em São Caetano do Sul, Estado de São Paulo ("D. Oficial" de 14-10-954).

Decreto nº 36.215 - de 21 de setembro de 1954 - Autoriza a Companhia de Laticínios Rio Prêto S. A. a construir uma linha de transmissão entre o distrito de Parapeúna, município de Marquês de Valença, Estado do Rio de Janeiro, e a cidade de Rio Prêto, Estado de Minas Gerais ("D. Oficial" de 15-10-954).

Decreto nº 36.275 - de 1 de outubro de 1954 - Autoriza estrangeiros a adquirirem o direito à regularização do aforamento do terreno de marinha que menciona, situado no Distrito Federal ("D. Oficial" de 15-10-954).

Decreto nº 36.325 - de 13 de outubro de 1954 - Abre, ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 15.300.00 para os fins que especifica ("D. Oficial" de 15-10-954).

Decreto nº 31.617 - de 17 de outubro de 1952 - Outorga à Prefeitura Municipal de Baependi concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de uma queda existente no ribeirão das Furnas, distrito e município de Baependi, Estado de Minas Gerais ("D. Oficial" de 28-8-954 - Retificado no de 16-10-954).

Decreto nº 36.246 - de 27 de setembro de 1954 - Autoriza estrangeiro a adquirir o domínio útil do terreno acrescido de marinha que menciona, situado no Distrito Federal ("D. Oficial" de 16-10-954).

Decreto nº 36.326 - de 14 de outubro de 1954 - Cria uru Horto Florestal em Maceió no Estado de Alagoas ("D. Oficial" de 16-10-954).

Decreto nº 36.327 - de 15 de outubro de 1954 - Aprova o Regulamento para a Diretoria de Aeronáutica da Marinha ("D. Oficial" de 18-10-954 - Retificado no de 21-10-954).

Decreto nº 36.331 - de 15 de outubro de 1954 - Cria o Consulado honorário do Brasil em Vera Cruz ("D. Oficial" de 18-10-954).

Decreto nº 36.330 - de 15 de outubro de 1954 - Torna público a depósito do instrumento de ratificação, pelo Equador, da Convenção sobre a Regulamentação do Tráfego Automotor Interamericano, firmada em Washington a 15 de dezembro de 1943 ("D. Oficial" de 18-10-954).

Decreto nº 36.328 - de 15 de outubro de 1954 - Institui a Cruz e a Medalha do Mérito Desportivo ("D. Oficial" de 18-10-954).

Decreto nº 36.332 - de 15 de outubro de 1954 - Suprime o Vice-Consulado honorário em Puerto México ("D. Oficial" de 18-10-954).

Decreto nº 36.333 - de 18 de outubro de 1954 - Abre, pela Presidência da República, o crédito especial de Cr\$ 41.572,50, para pagamento de gratificação adicional a Aida de Andréa Montagna ("D. Oficial" de 18-10-954).

Decreto nº 36.245 - de 27 de setembro de 1954 - Autoriza estrangeiros a adquirirem os direitos de ocupação relativos ao terreno acrescido de marinha que menciona, situado no Distrito Federal ("D. Oficial" de 19-10-954).

Decreto nº 36.273 - de 1 de outubro de 1954 - Autoriza estrangeiros a adquirirem os direitos de ocupação relativos ao terreno de marinha que menciona situado no Distrito Federal ("D. Oficial" de 19-10-954).

Decreto nº 35.572 - de 27 de maio de 1954 - Autoriza estrangeira a adquirir, em regularização de aforamento, o domínio útil do terreno acrescido de marinha que menciona, situado no Distrito Federal ("D. Oficial" de 20-10-954).

Decreto nº 36.272 - de 1 de outubro de 1954 - Autoriza estrangeiro a adquirir o domínio útil do terreno acrescido de marinha que menciona, situado em Niterói, no Estado do Rio de Janeiro ("D. Oficial" de 20-10-954).

Decreto nº 36.334 - de 18 de outubro de 1954 - Dispõe sobre a redistribuição do pessoal lotado na extinta Divisão de Terras e Colonização do Ministério da Agricultura ("D. Oficial" de 20-10-954).

Decreto nº 36.336 - de 18 de outubro de 1954 - Altera, sem aumento de despesa as Tabelas Numéricas Especiais de Extranumerários-Mensalistas da Divisão de Inspeção de Produtos de Origem Animal, Diretoria, do Departamento Nacional da Produção Animal do Ministério da Agricultura e do Serviço de Meteorologia do mesmo Ministério ("D. Oficial" de 20-10-954).

Decreto nº 36.336 - de 18 de outubro de 1954 - Renova o dec. nº 30.752, de 14 de abril de 1952 ("D. Oficial" de 20-10-954).

Decreto nº 36.337 - de 18 de outubro de 1954 - Renova o dec. nº 31.193, de 25 de julho de 1952 ("D. Oficial" de 20-10-954).

Decreto nº 36.339 - de 18 de outubro de 1954 - Autoriza o cidadão brasileiro Álvaro Gonçalves Fraga a pesquisar calcário e associados no município de Sete Lagoas, Estado de Minas Gerais ("D. Oficial" de 20-10-954).

Decreto nº 36.340 - de 18 de outubro de 1954 - Autoriza o cidadão brasileiro João Expedito de Magalhães a pesquisar água marinha e associados no município de Itabira, Estado de Minas Gerais ("D. Oficial" de 20-10-954).

Decreto nº 36.329 - de 15 de outubro de 1954 - Torna público que a República da Coreia aderiu à Convenção Internacional sobre Linhas de Limite de Carga firmada em Londres a 5 de julho de 1930 ("D. Oficial" de 20-10-954).

Decreto nº 36.341 - de 18 de outubro de 1954 - Autoriza a cidadã brasileira Erenita Helena Groschke Harley a pesquisar calcário no município de Paulista, Estado de Pernambuco ("D. Oficial" de 20-10-954).

Decreto nº 36.342 - de 18 de outubro de 1954 - Autoriza os cidadãos brasileiro Beatriz Nogueira Neiva de Figueiredo e Antônio José de Melo Nogueira a pesquisar argila e associados no município de Suzano, Estado de São Paulo ("D. Oficial" de 20-10-954).

Decreto nº 36.343 - de 18 de outubro de 1954 - Autoriza o cidadão brasileiro Flávio Luís de Almeida a pesquisar conchas calcárias no município de Iguape, Estado de São Paulo ("D. Oficial" de 20-10-954).

Decreto nº 36.344 - de 18 de outubro de 1954 - Autoriza a Incogramar-Indústrias Reunidas de Extração e Comércio de Mármore e Granitos Ltda., a pesquisar calcário, mármore e associados no município de Rio Branco do Sul, Estado do Paraná ("D. Oficial" de 20-10-954).

Decreto nº 36.345 - de 18 de outubro de 1954 - Autoriza o cidadão brasileiro Teófilo Badin a pesquisar amianto, ágata e associados no município de Boa Nova, Estado da Bahia ("D. Oficial" de 20-10-954).

Decreto nº 36.346 - de 18 de outubro de 1954 - Autoriza os cidadãos brasileiros Luís Horta Ludolf de Melo e Zeni de Sousa Meio a pesquisar mica e associados no município de Bicas Estado de Minas Gerais ("D. Oficial" de 20-10-954).

Decreto nº 36.347 - de 18 de outubro do 1954 - Autoriza o cidadão brasileiro Jaime Saldanha da Gama Frota a lavar fosfatos aluminosos laterita e associados no município de Turiaçu, Estado do Maranhão ("D. Oficial" de 20-10-954).

Decreto nº 36.348 - de 18 de outubro de 1954 - Autoriza o cidadão brasileiro Teófilo Pereira a lavar piritita no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais ("D. Oficial" de 20-10-954).

Decreto nº 36.349 - de 18 de outubro de 1954 - Autoriza o cidadão brasileiro Augusto Frederico

Finalpag. 518

Schmidt a pesquisar monazita e associados nos municípios de Açú e São Rafael, Estado do Rio Grande do Norte ("D. Oficial" de 20-10-954).

Decreto nº 36.350 - de 18 de outubro de 1954 - Autoriza o cidadão brasileiro Telésforo Matos a pesquisar turmalinas e associados no município de Arassuaí, Estado de Minas Gerais ("D. Oficial" de 20-10-954).

Decreto nº 36.353 - de 18 de outubro de 1954 - Aprova projeto e orçamento para a construção da variante Tamataí, compreendida entre as estacas 125 igual O e 230 mais 14 igual 106 mais 6 da linha de Bananeiras a Picuí (D. Oficial" de 20-10-954).

Decreto nº 36.264 - de 30 de setembro de 1954 - Concede à sociedade "Navegação Continental Limitada" autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem ("D. Oficial" de 21-10-954).

Decreto nº 36.338 - de 18 de outubro de 1954 - Concede à Mineração Comercial Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração ("D. Oficial" de 21-10-954).

Decreto nº 36.244 - de 27 de setembro de 1954 - Autoriza estrangeiros a adquirirem, em transferência de aforamento, a fração ideal do terreno de marinha que menciona situado no Distrito Federal ("D. Oficial" de 22-10-954).

Decreto nº 36.354 - de 20 de outubro de 1954 - Aprova o Regulamento para as Escolas de Aprendizes Marinheiros ("D. Oficial" de 22-10-954 - Retificado no de 26-10-954).

Decreto nº 36.355 - de 20 de outubro de 1954 - Altera a letra **b** do art. 4º do Regulamento da Escola de Aeronáutica, aprovado pelo dec. número 30.698, de 1º de abril de 1952 ("D. Oficial" de 22-10-954).

Decreto nº 36.356 - de 20 de outubro de 1954 - Altera os arts. 3º e 4º do Regulamento da Escola Preparatória de Cadetes do Ar, aprovado pelo dec. nº 30.976, de 10 de junho de 1952 ("D. Oficial" de 22-10-954).

Decreto nº 35.959 - de 2 de agosto de 1954 - Outorga ao Cortume Coqueiros S. A. concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de um desnível existente no rio Camanducaia, município de Amparo, Estado de São Paulo, para uso exclusivo ("D. Oficial" de 23-10-954).

Decreto nº 36.233 - de 27 de setembro de 1954 - Estende as prerrogativas da equiparação ao Curso que indica ("D. Oficial" de 23-10-954).

Decreto nº 36.234 - de 27 de setembro de 1954 - Estende as prerrogativas da equiparação aos Cursos que indica ("D. Oficial" de 23-10-954).

Decreto nº 36.357 - de 21 de outubro de 1954 - Dá nova redação ao art. 52 do regulamento aprovado pelo dec. nº 6.031, de 26 de julho de 1940 ("D. Oficial" de 23-10-954).

Decreto nº 36.360 - de 21 de outubro de 1954 - Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de São Paulo, às águas do rio Batalha ("D. Oficial" de 23-10-954).

Decreto nº 36.361 - de 21 de outubro de 1954 - Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Geras, as águas do rio Grande ("D. Oficial" de 23-10-954).

Decreto nº 36.364 - de 21 de outubro de 1954 - Autoriza o Serviço de Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situados no município de Januária, no Estado de Minas Gerais ("D. Oficial" de 23-10-954).

Decreto nº 36.365 - de 21 de outubro de 1954 - Autoriza o Ministério da Aeronáutica a aceitar doação de terrenos em Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul ("D. Oficial" de 23-10-954).

Decreto nº 36.366 - de 21 de outubro de 1954 - Abre crédito especial para o fim que indica ("D. Oficial" de 23-10-954).

Decreto nº 36.367 - de 21 de outubro de 1954 - Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação dos imóveis que menciona, situados no município de Niterói, Estado do Rio de Janeiro ("D. Oficial" de 23-10-954).

Decreto as 36.368 - de 21 de outubro de 1954 - Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional do Estradas de Ferro, áreas de terrenos e respectivas benfeitorias no Estado de Minas Gerais ("D. Oficial" de 23-10-954).

Decreto nº 36.369 - de 21 de outubro de 1954 - Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras contra as Sêcas, área de terreno necessária à construção do açude público "Cocal", no município do mesmo nome, Estado do Piauí ("D. Oficial" de 23-10-954).

Decreto nº 36.370 - de 21 de outubro de 1954 - Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras contra as Sêcas, área de terreno necessária à construção do açude público "Oiticica", no município de Jucurutu, Estado do Rio Grande do Norte ("D. Oficial" de 23-10-954).

Decreto nº 36.374 - de 21 de outubro de 1954 - Torna sem efeito o doc. nº 33.698, de 28 de agosto de 1953, que aprovou a Tabela Numérica Especial de Extranumerários-Mensalistas do Gabinete do Ministro da Fazenda ("D. Oficial" do 23-10-954).

Decreto nº 36.376 - do 22 de outubro de 1954 - Torna público o depósito, por parte do governo do Equador, do instrumento de ratificação da Convenção Civil Internacional, concluída em Chicago a 7 de dezembro de 1944 ("D. Oficial" de 23-10-954).

Decreto nº 36.377 - de 22 de outubro de 1954 - Altera á alínea **a** do art. 14 do dec. nº 28.959, de 11 de dezembro de 1950 ("D. Oficial" de 23-10-954).

Decreto nº 36.358 - de 21 de outubro de 1954 - Aprova o Regulamento para o Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro ("D. Oficial" de 25-10-954).

Decreto nº 36.387 - de 25 de outubro de 1954 - Concede autorização para o funcionamento do curso de bacharelado da Faculdade de Direito de Natal ("D. Oficial, de 25-10-954).

Decreto nº 35.902 - de 26 de outubro de 1954 - Promulga o Acôrdo sôbre Transportes Aéreos entre o Brasil e Portugal, firmado em Lisboa a 16 de dezembro de 1946 ("D. Oficial" de 28-7-954 - Retificado ns de 26-10-954).

Decreto nº 36.379 - de 23 de outubro de 1954 - Autoriza o cidadão brasileiro José Domingues Siqueira a lavrar argila refratária no município de Guarulhos, Estado de São Paulo ("D. Oficial" de 26-10-954).

Decreto nº 36.380 - de 23 de outubro de 1954 - Autoriza o cidadão brasileiro José Pedro a lavrar argila e associados no município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo ("D. Oficial" de 26-10-954).

Decreto nº 36.381 - de 23 de outubro de 1954 - Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o Crédito especial de Cr\$ 48.612 90, para o fim que especifica ("D. Oficial" de 26-10-954).

Decreto nº 36.382 - de 23 de outubro de 1954 - Abre, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito de Cr\$ 14,000,00, para o fim que especifica ("D. Oficial" de 26-10-954).

Decreto nº 36.383 - de 23 de outubro de 1954 - Inclui os solventes, a parafina, o asfalto e as graxas derivadas de petróleo, no regime estatuído pelo dec. nº 4.071, de 12 de maio de 1939 ("D. Oficial" de 26-10-954).

Decreto nº 36.322 - de 11 de outubro de 1954 - Autoriza o funcionamento do curso de bacharelado da Faculdade de Direito da Universidade Mackenzie ("D, Oficial" de 27-10-954).

Decreto nº 36.378 - de 22 de outubro de 1954 - Promulga a Convenção (nº 92), relativa ao alojamento da tripulação a bordo (revista em 1949), adotada em Genebra, a 18 de junho de 1949, por ocasião da XXXII Sessão da Conferência Internacional do Trabalho ("D. Oficial" de 27-10-954).

Decreto nº 36.384 - de 25 de outubro de 1954 - Altera a redação do dec. nº 30.955, de 7 de junho de 1952 ("D. Oficial" de 27-10-954).

Decreto nº 36.385 - de 25 de outubro de 1954 - Aprova o Regulamento da Rede Mineira de Viação ("D. Oficial" de 27-10-954).

Decreto nº 36.388 - de 27 de outubro de 1954 - Suprime cargo extinto ("D. Oficial" de 27-10-954).

Decreto nº 36.234 - de 27 de setembro de 1954 - Estende as prerrogativas da equiparação aos Cursos que indica ("D. Oficial" de 28-10-954).

Decreto nº 36.235 - de 27 de setembro de 1954 - Autoriza estrangeiro a adquirir em transferência de aforamento, a fração ideal do terreno de marinha que menciona, situado no Distrito Federal ("D. Oficial" de 29-10-954).

Decreto nº 36.236 - de 27 de setembro de 1954 - Autoriza estrangeiros a adquirirem, em transferência de aforamento, a fração ideal do terreno de marinha que menciona, situado no Distrito Federal ("D. Oficial" de 29-10-954).

Decreto nº 36.237 - de 27 de setembro de 1954 - Autoriza estrangeiros a adquirirem, em transferência de aforamento, a fração ideal do terreno de marinha que menciona, situado no Distrito Federal ("D. Oficial" de 29-10-954).

Decreto nº 36.238 - de 27 de setembro de 1954 - Autoriza estrangeiros a adquirirem, em transramento, a fração ideal do terreno e marinha que menciona, situado no Distrito Federal ("D. Oficial" de 29-10-954).

Decreto nº 36.239 - de 27 de setembro de 1954 - Autoriza estrangeiro a adquirir, em transferência de aforamento, a fração ideal do terreno de marinha que menciona, situado no Distrito Federal ("D. Oficial" de 29-10-954).

Decreto nº 36.240 - de 27 de setembro de 1954 - Autoriza estrangeiros a adquirirem, em transferência de aforamento, a fração ideal do terreno de marinha que menciona, situado no Distrito Federal ("D. Oficial" de 29-10-954).

Decreto nº 36.241 - de 27 de setembro de 1954 - Autoriza estrangeiros a adquirirem, em transferência de aforamento, a fração ideal do terreno de marinha que menciona, situado no Distrito Federal ("D. Oficial", de 29-10-954).

Decreto nº 36.243 - de 27 de setembro de 1954 - Autoriza estrangeiros a adquirirem, em transferência de aforamento, a fração ideal do terreno de marinha que menciona, situado no Distrito Federal ("D. Oficial" de 29-10-954).

Decreto nº 38.359 - de 21 de outubro de 1954 - Declara de utilidade pública a Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra, com sede no Distrito Federal ("D. Oficial" de 29-10-954).

Decreto nº 36.352 - de 18 de outubro de 1954 - Concede reconhecimento ao curso que indica ("D. Oficial" de 30-10-954).

Decreto nº 36.389 - de 28 de outubro de 1954 - Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de obras contra as Sêcas, área de terreno necessária à construção do açude público Rio do Salto, no município de Caculé, Estado da Bahia ("D. Oficial" de 30-10-954).

Decreto nº 38.390 - de 28 de outubro de 1954 - Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras contra as Sêcas, área de terreno necessária à construção do açude público "foço de Pedras", no município de Campos Sales, Estado do Ceará ("D. Oficial" de 30-10-954).

Decreto nº 36.391 - de 28 de outubro de 1954 - Abre ao Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 1.334,878.00, para atender despesas resultantes de segurança impetrada em favor de Pedro Mariani Serra e outros ("D. Oficial" de 30-10-954).

Decreto nº 36.392 - de 28 de outubro de 1954 - Autoriza o Ministério da Aeronáutica a aceitar doação de terrenos em Alegrete (RS) ("D. Oficial" de 30-10-954).

Decreto nº 36.394 - de 29 de outubro de 1954 - Torna público que os governos do Uruguai e do Egito depositaram os respectivos instrumentos de ratificação da Convenção relativa à aplicação dos princípios do direito de organização e de negociação coletiva (Convenção nº 98) ("D. Oficial" de 30-10-954).

Decreto nº 36.395 - de 29 de outubro de 1954 - Torna público que os governos do Uruguai e do Equador depositaram os respectivos instrumentos de ratificação da Convenção relativa ao emprego de mulheres nos trabalhos subterrâneos nas minas de qualquer categoria (Convenção número 45) ("D. Oficial" de 30-10-954).

Decreto nº 36.396 - de 29 de outubro de 1954 - Torna público o depósito do instrumento de ratificação, por parte do Uruguai, da Convenção relativa à indenização das moléstias profissionais (Convenção nº 42), adotada a 21 de junho de 1934, pela Conferência Internacional do Trabalho, durante sua 18ª Sessão ("D. Oficial" de 30-10-954).

Decreto nº 36.397 - de 29 de outubro de 1954 - Torna público que os governos do Uruguai, da Birmânia e do Egito depositaram os respectivos instrumentos de ratificação da Convenção relativa a férias anuais remuneradas (Convenção nº 52) ("D. Oficial" de 30-10-954).

Decreto nº 36.398 - de 29 de outubro de 1954 - Torna público que os governos do Uruguai, Panamá e do Japão depositaram os respectivos instrumentos de ratificação da Convenção relativa à revisão dos artigos finais (Convenção número 80), adotada a 9 de outubro de 1948 pela Conferência Internacional do Trabalho ("D. Oficial" de 30-10-954).

Decreto nº 36.399 - de 29 do outubro ao 1954 - Torna público o depósito do instrumento de ratificação, por parte do Uruguai, da convenção relativa à idade mínima para a admissão de crianças no trabalho marítimo (Convenção numero 58), adotada a 24 de outubro de 1936, pela Conferência Internacional do Trabalho, durante a sua 22ª Sessão ("D. Oficial" de 30-10-954).

Decreto legislativo nº 39 - de 1954 - Autoriza o Tribunal de Contas a registrar termo de escritura de contrato ("D. Oficial" de 28-10-954).

Decreto legislativo nº 40 - de 1954 - Aprova contrato ("D. Oficial" de 28-10-954).

Decreto legislativo nº 41 - de 1954 - Aprova termo de Contrato ("D. Oficial" de 28-10-954).

Decreto legislativo nº 42 - de 1954 - Mantém decisão do Tribunal de Contas que denegou registro a contrato ("D. Oficial" de 28-10-954).

Decreto legislativo nº 43 - de 1954 - Mantém decisão do Tribunal de Contas que ordenou registro sob reserva ("D. Oficial" de 28-10-954).

Decreto legislativo nº 44 - de 1954 - Aprova contrato ("D. Oficial" de 30-10-954).

Decreto legislativo nº 45 - de 1954 - Mantém decisão do Tribunal de Contas que delegou registro a contrato ("D. Oficial" de 30-10-954).

Decreto legislativo nº 46 - de 1954 - Aprova contrato ("D. Oficial" de 30-10-954).

Decreto legislativo nº 47 - de 1954 - Aprova contrate ("D. Oficial", de 30-10-954).

Decreto legislativo nº 48 - de 1954 - Aprova termo de ajuste ("D. Oficial" de 30-10-954).

Decreto legislativo nº 49 - de 1954 - Aprova contrato ("D. Oficial" de 30-10-954).

Decreto legislativo nº 50 - de 1954 - Aprova contrato ("D. Oficial" de 30-10-954).

Decreto legislativo nº 51 - de 1954 - Aprova contrato ("D. Oficial" de 30-10-954).

Decreto legislativo nº 52 - de 1954 - Mantém decisão do Tribunal de Contas que denegou registro a termo aditivo de contrato ("D. Oficial" de 30-10-954).

Finalpag. 520

Decreto legislativo nº 53 - de 1954 - Aprova contrato ("D. Oficial" de 30-10-954).

Decreto legislativo nº 54 - de 1954 - Aprova termo de desapropriação ("D. Oficial" de 30-10-954).

Decreto legislativo nº 55 - de 1954 - Mantém decisão ("D. Oficial" de 30-10-954).

Decreto legislativo nº 56 - de 1954 - Aprova contrato ("D. Oficial" de 30-10-954).

Decreto legislativo nº 57 - de 1954 - Aprova contrato ("D. Oficial" de 30-10-954).

Decreto legislativo nº 68 - de 1954 - Aprova termo de contrato ("D. Oficial" de 30-10-954).

Finalpag. 521